

TRANSFORMANDO O FINANCIAMENTO EDUCATIVO NA ÁFRICA

Uma agenda estratégica para o Ano da Educação da União Africana

O Ano da Educação da União Africana (UA), em 2024, poderá trazer avanços decisivos para transformar os sistemas educativos se houver uma ação nacional e pan-africana coordenada sobre as principais forças que afetam o financiamento da educação: impostos, dívida e austeridade. Constitui também uma oportunidade para fazer avançar os objetivos da Estratégia Continental de Educação para África (CESA) 2016 - 2025.

Embora a região tenha feito progressos louváveis na escolarização dos alunos e na luta contra a desigualdade na educação, persistem disparidades significativas, exacerbadas pela pandemia de COVID-19. Os principais fatores que influenciam as desigualdades educativas no continente africano continuam a ser género, deficiências, renda, nível escolar dos pais, localização geográfica, etnia e status de migrante e refugiado. É igualmente importante reconhecer que a sobreposição de identidades e experiências das pessoas agrava ainda mais os desafios que enfrentam no acesso a uma educação de qualidade. Por exemplo, meninas que sofrem formas múltiplas e interseccionais de discriminação devido à sua classe, origem social, orientação sexual, identidade de género, deficiência ou status de migrante, entre outras dimensões, podem enfrentar desafios únicos e necessitar proteção e apoio adicionais para usufruírem plenamente do seu direito à educação.

Apesar da redução significativa do número de crianças que não frequentam a escola e do avanço no sentido da paridade de género a nosso estudo revela que cerca de 38,904,483 crianças não frequentam a escola no continente africano, estimando-se que 18,846,517 sejam meninas. As taxas de conclusão e progressão escolar são mais baixas para as meninas particularmente nas comunidades mais pobres e nas zonas rurais, e a qualidade da educação e da aprendizagem ainda deixa muito a desejar. Os custos relacionados à educação continuam a representar uma barreira intransponível que nega a milhões de crianças o direito à educação. A nível mundial, são necessários mais 44 milhões de professores do ensino primário e secundário para cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, sendo o continente africano o que mais necessita novos docentes. Para alcançar o ensino primário e secundário universal até 2030, a África precisa recrutar e formar eficazmente 17 milhões de professores, garantindo-lhes condições de trabalho e salários decentes. Consequentemente, para que os países africanos possam alcançar a estratégia continental de educação (CESA) e o ODS 4, é necessário um aumento significativo do investimento na educação.

A CESA 16-25 reconhece que os sistemas de ensino que “alimentam os valores fundamentais africanos e promovem o desenvolvimento sustentável” só podem ser alcançados com um financiamento sustentável e a mobilização de recursos, especialmente a mobilização de recursos nacionais. No entanto, o continente africano regista uma subutilização significativa das verbas destinadas à educação. 80% (28 em 35) dos países em que existem dados disponíveis não conseguiram atingir o valor de referência estabelecido de 20% do orçamento nacional à educação (ver Quadro 2). Apenas 7 países atingiram este valor de referência. 10 países continuam a consagrar menos de 15% do seu orçamento à educação. Além disso, apenas 35 dos 53 países da União Africana que fizeram parte deste estudo comunicaram estes dados à UNESCO. No entanto, esta situação deve-se, em parte, a gastos sociais inadequados devido à necessidade de pagamento de dívidas externas, à austeridade imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, e também devido à tributação regressiva. **Aanços significativos com relação aos impostos, a dívida externa e austeridade poderiam transformar o financiamento da educação nos Estados membros da União Africana, como demonstra esta nova análise.**



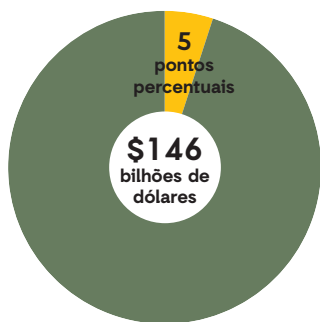
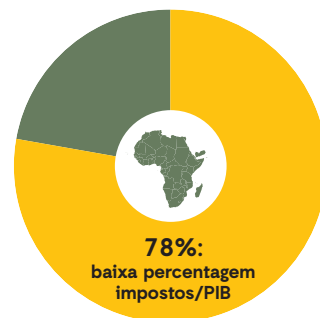
Impostos e educação

A maior parte dos investimentos em educação na África depende da mobilização de recursos internos, em particular das receitas fiscais.



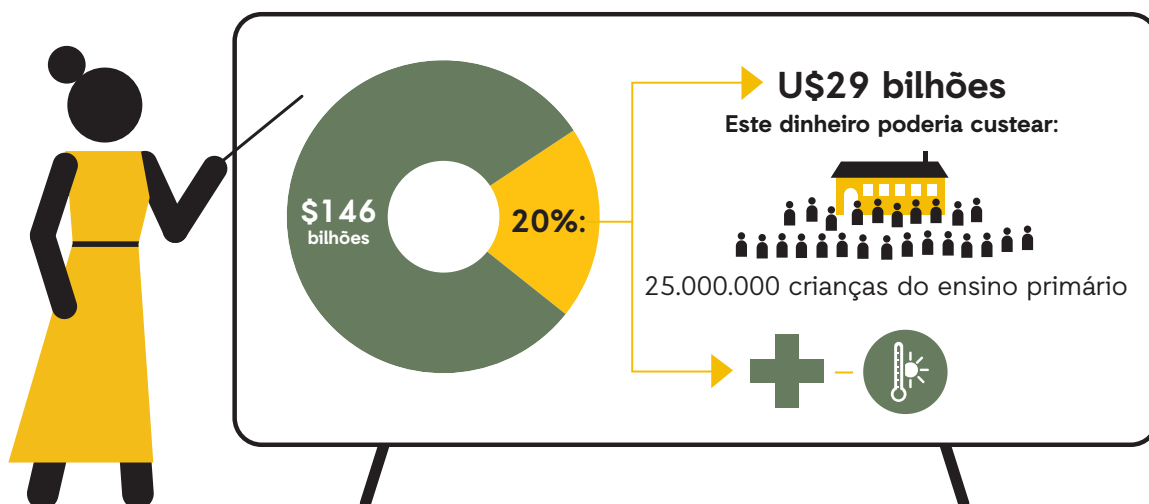
- Os países da União Africana estão perdendo pelo menos 8 bilhões de dólares por ano em receitas fiscais potenciais, em grande parte devido ao nível agressivo de evasão fiscal por parte das empresas e dos indivíduos mais ricos. É provável que esta seja uma subestimação significativa, dadas as conclusões do Painel Mbeki sobre fluxos financeiros ilícitos superiores a 50 bilhões de dólares por ano.

- Mais de 78% dos países da União Africana (41 dos 52 países onde existem dados disponíveis¹) têm uma percentagem baixa de impostos em relação ao PIB (inferior a 20%) e 65% (34 dos 52 países) têm uma percentagem extremamente baixa de impostos em relação ao PIB (inferior a 15%). Em média, países de baixa renda tem uma percentagem de impostos em relação ao PIB de 16% e a percentagem média de impostos em relação ao PIB nos países da OCDE é de 33,5% (que nenhum país da União Africana atinge).



- Se os países da União Africana aumentassem a sua percentagem de impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais (como considerado realista num documento importante do FMI), poderiam angariar mais 146 bilhões de dólares por ano. Este aumento das receitas fiscais deve advir de contribuições mais elevadas por parte dos super-ricos e de multinacionais, para garantir a equidade e diminuir as desigualdades de género no sistema fiscal.

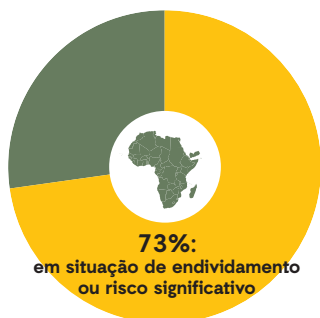
- Se 20% destes 146 bilhões de dólares fossem destinados à educação - em conformidade com a referência amplamente aceita do Quadro de Dakar para a Educação para Todos (EPT), adotado em 2000 e reafirmado no Quadro de Ação para a Educação 2030 - isso permitiria angariar mais de 29 bilhões de dólares para a educação todos os anos. Este montante seria suficiente para transformar o financiamento da educação pública, ao mesmo tempo que permitiria obter receitas substanciais para a saúde, outros serviços públicos e para dar resposta à crise climática. Este montante é suficiente para cobrir os custos da educação de mais de 25 milhões de crianças do ensino primário todos os anos.



1. Nota - existem 55 países da União Africana, mas 52 países abrangidos, já que não existem dados suficientes sobre a República Árabe Saharaui Democrática (Sahara Ocidental), o Sudão do Sul e a Líbia.

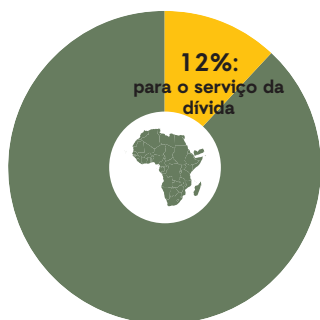
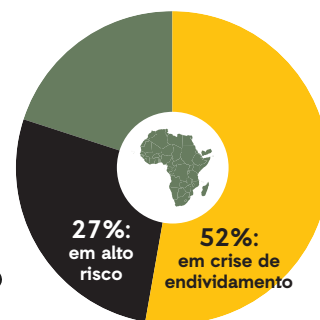
Dívida externa e educação

Os dados apresentados neste relatório constituem um alerta para os países da União Africana com relação ao impacto da **crise de dívida externa** na educação:



- Dos 52 países da União Africana estudados, o FMI identifica que 73% estão em situação de endividamento externo ou em risco significativo de endividamento externo (risco elevado ou moderado).

- Dos 52 países analisados, de acordo com a *Debt Justice*, 52% já estão numa crise de dívida externa e outros 27% estão em alto risco de crise de dívida externa.



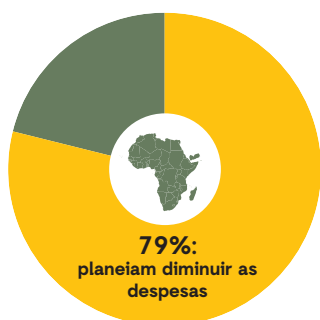
- 28 dos 52 países da União Africana estão gastando mais de 12% dos seus orçamentos nacionais no serviço da dívida - um valor crucial da partir do qual o serviço da dívida tende a desencadear reduções nos gastos públicos. 20 destes países estão a gastar mais de 18% dos seus orçamentos nacionais com o serviço da dívida, nível a partir do qual os cortes em gastos públicos se tornam graves.

- 15 países da União Africana já estão gastando mais com o serviço da dívida do que com a educação (coluna 5) - e este número é provavelmente maior, uma vez que não estão disponíveis dados completos para 18 países. Isto significa que, quando há dados disponíveis, 44% dos países estão a gastar mais receitas no serviço da dívida do que no setor de educação (15 em 34).



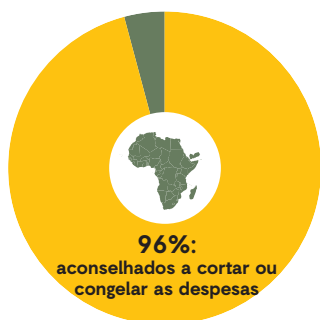
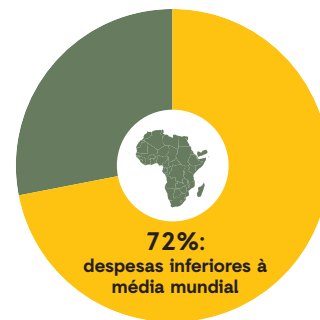
Austeridade e educação

Esta nota informativa também destaca as sérias preocupações dos últimos dados sobre as medidas de **austeridade no continente africano**:



- 79% dos países da União Africana planejam diminuir a despesa pública total em % do PIB entre 2023 e 2025.

- **72% dos países da União Africana estão gastando menos do que a percentagem média global (9%) do PIB em salários do setor público.** Apesar destes níveis já baixos de despesas com a força de trabalho do setor público, 20 países registaram declínios ativos nas suas despesas com trabalhadores do sector público em relação à percentagem do PIB nos últimos cinco anos, enquanto que ainda são necessários profissionais adicionais no setor da educativo para que os países cumpram o direito à educação para a população em crescimento.



- **Nos 28 países da União Africana,** onde foram realizados estudos intensivos para analisar a orientação política do FMI sobre a massa salarial do sector público, **96% foram aconselhados a reduzir ou congelar as despesas com os trabalhadores do setor público com relação à percentagem do PIB.**

Conclusão

A Agenda 2063 da União Africana apresenta uma visão de **“uma África integrada, próspera e pacífica, conduzida pelos seus próprios cidadãos, representando uma força dinâmica no cenário internacional”**. As sementes foram lançadas pela corajosa e bem sucedida iniciativa africana de exigir uma nova Convenção das Nações Unidas (ONU) sobre a Cooperação Fiscal Internacional, afastando as tomadas de decisões em política fiscal da OCDE. Momentum também pode ser construído a partir da A Cúpula da Educação Transformadora (Transforming Education Summit - TES), realizada em setembro de 2022, a reunião de educação de mais alto nível, reunindo os Chefes de Estado a uma escala sem precedentes para abordar a crise da educação. O Documento de Discussão sobre Financiamento educativo, desenvolvido com 193 Estados Membros da ONU, e o Apelo à Ação sobre o Financiamento da Educação, marcam um ponto de virada significativo na forma como os debates sobre o financiamento da educação se constituem. A África pode estar na vanguarda da concretização desta agenda financeira transformadora.

Ao longo dos anos, o foco dominante nas despesas nacionais com a educação tem sido a percentagem do orçamento - procurando atingir pelo menos 20% do orçamento nacional ou 5% do produto interno bruto (PIB) atribuído à educação. No entanto, a Cúpula de Educação Transformadora traçou um quadro muito mais vasto, mostrando que **a o valor total do orçamento do Estado era tão crucial a parcela investida em educação**. Uma fatia de um bolo pequeno será por consequência uma fatia pequena - mas muito pode ser feito para aumentar o tamanho total deste bolo. Mesmo que esta pesquisa se concentre no aumento da dimensão global do orçamento, é importante garantir que todos os recursos sejam angariados e distribuídos progressivamente, ou seja, de forma a promover a equidade e a abordar as desigualdades de género e as desigualdades intersectoriais. Do mesmo modo, a garantia de mecanismos de transparência e de responsabilidade no financiamento da educação assegura que os recursos beneficiem efetivamente as escolas e as comunidades, como previsto. Em suma, é importante abordar o quadro dos 4S: aumentar a quota, a dimensão, a sensibilidade e o escrutínio dos orçamentos da educação - tal como acordado pelos Ministros da Educação da União Africana na Declaração de Nairobi de 2018 e no apelo à ação em matéria de educação, e tal como explicitado no Conjunto de Ferramentas para a Transformação do Financiamento da Educação.

No Ano da Educação da União Africana, enquanto continuamos a apelar a ações para aumentar a percentagem dos orçamentos gastos na educação e para que estes recursos sejam angariados e utilizados de forma a combater as desigualdades educativas, apelamos urgentemente a uma ação conjunta com os Ministros das Finanças e os Chefes de Estado para que tomem medidas em matéria de impostos, dívida externa e austeridade - as principais áreas de escolhas políticas que moldam a dimensão global do orçamento. Se forem feitos progressos nestes domínios, o setor educativo será significativamente beneficiado - juntamente com o setores de saúde, água, saneamento, eletricidade, transportes públicos, adaptação às alterações climáticas e muito mais.